



CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

ENTRE:

Primeiro Outorgante – Município de Alfândega da Fé, com número de identificação de pessoa coletiva 506647498, neste ato legalmente representada pelo seu Presidente, Eng. Eduardo Manuel Dobrões Tavares, ao abrigo da competência que lhe é conferida pelo art. 35º nº 1, alínea a) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. e

Segunda Outorgante – Associação Desportiva de Alfândega da Fé, com o número de identificação coletiva 509696821, neste ato legalmente representada pelo Presidente da Direção, Manuel João Almeida Lopes;

É celebrado o presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo, de acordo com os artigos 46º e 47º da Lei nº 5/2007, de 16 de janeiro, atualizada, no que se refere ao apoio financeiro ao associativismo desportivo e com o regime dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo previsto no Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 de outubro, na sua redação atual, e que se regerá de acordo com o disposto nas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª

Objeto

1. Constitui objeto do presente contrato a execução de um programa de desenvolvimento desportivo consubstanciado no fomento da prática desportiva nas várias vertentes de Artes Marciais e Defesa Pessoal para os cidadãos do concelho de Alfândega da Fé.
2. A execução do referido programa irá determinar a concretização das ações previstas no Plano de Atividades para 2022 da Associação Desportiva de Alfândega da Fé, o qual faz parte integrante do presente contrato programa de desenvolvimento desportivo.

Cláusula 2ª

Comparticipação financeira e outras

1. A participação financeira a prestar pelo **Primeiro Outorgante** à **Segunda Outorgante** para apoio à execução do programa de atividades referido na cláusula 1ª do presente contrato-programa é correspondente ao valor de € 12.000,00 suportado por conta das verbas inscritas e/ou a inscrever no Orçamento da Câmara Municipal de Alfândega da Fé, sob a rubrica orçamental com cabimentos nºs 307/22 e 308/22 e o compromisso 414/22 e 536/22 do orçamento para 2022.
2. O **Primeiro Outorgante** compromete-se a ceder as instalações desportivas do Polo Escolar de Alfândega da Fé.

Cláusula 3ª

Disponibilização da Participação Financeira

1. A participação financeira referida no nº 1 da Cláusula 2ª é disponibilizada da seguinte forma:
 - a) € 1.800,00 para fazer face a despesas em atraso com o Mestre de Defesa Pessoal;
 - b) € 400,00 mensais para apoiar a **Segunda Outorgante** na realização das suas atividades;
 - c) € 450,00 mensais para apoiar a **Segunda Outorgante** no pagamento ao Mestre de Defesa Pessoal.
2. O pagamento das prestações previstas no número anterior será efetuado até ao último dia do mês a que disser respeito, e mediante as disponibilidades financeiras do **Primeiro Outorgante**.

3. A **Segunda Outorgante** diligenciará junto de outras entidades (administração central, por exemplo), no sentido de obter mais apoios financeiros que possam complementar a boa execução do processo do contrato.

Cláusula 4ª

Obrigações da Segunda Outorgante

A **Segunda Outorgante** obriga-se a:

- a) Executar o programa de atividades e o orçamento apresentados à primeira outorgante, que constituem o objeto do presente contrato, de forma a atingir os objetivos expressos naquele programa;
- b) Respeitar o prazo de execução predeterminado;
- c) Enviar à primeira outorgante um relatório final sobre a execução do presente contrato;
- d) Prestar todas as informações bem como apresentar comprovativos da efetiva realização da despesa acerca da execução deste contrato-programa sempre que solicitados pelo **Primeiro Outorgante**.

Cláusula 5ª

Incumprimento

- 1 — O incumprimento por parte da **Segunda Outorgante** das obrigações referidas na cláusula 4ª, salvo por razões devidamente fundamentadas, implicará a suspensão das participações financeiras do **Primeiro Outorgante**.
- 2 — O incumprimento do disposto nas alíneas a) e d) da cláusula 4ª por razões não fundamentadas concede ao **Primeiro Outorgante** o direito de resolução do contrato.
- 3 — O atraso da **Segunda Outorgante** no cumprimento do prazo fixado no presente contrato-programa concede ao **Primeiro Outorgante** o direito de fixar novo prazo de execução, o qual, se novamente violado por facto imputável à **Segunda Outorgante**, concede ao **Primeiro Outorgante** o direito de resolução do presente contrato.

Cláusula 6ª

Obrigações do Município de Alfândega da Fé

É obrigação do **Primeiro Outorgante** verificar o exato desenvolvimento do programa de atividades que justificou a celebração do presente contrato, procedendo ao acompanhamento e controlo da sua execução, com a observância do disposto no artigo 19º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

Cláusula 7ª

Revisão do contrato-programa

Qualquer alteração ou adaptação promovidas pela **Segunda Outorgante** aos objetivos e ou resultados previstos no programa de desenvolvimento desportivo que esteve na base do presente contrato carece de prévio acordo escrito do **Primeiro Outorgante**, o qual poderá ficar condicionado à alteração ou adaptação deste contrato-programa.

Cláusula 8ª

Cessações do contrato

- 1 — A vigência do presente contrato-programa cessa:
 - a) Quando estiver concluído o programa de atividades que constitui o seu objetivo;
 - b) Quando, por causa não imputável à entidade responsável pela execução do programa de atividades, se torne objetiva e definitivamente impossível a realização dos seus objetivos essenciais;
 - c) Quando o **Primeiro Outorgante** exercer o direito de resolver o contrato nos termos do artigo 28º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na sua redação atual.
- 2 — A resolução do contrato-programa efetua-se através de notificação dirigida à **Segunda Outorgante**, por carta registada com aviso de receção, no prazo máximo de 30 dias a contar do conhecimento do facto que lhe serve de fundamento.

Cláusula 9ª

Combate à violência e à dopagem associadas ao desporto

O não cumprimento pela **Segunda Outorgante** das determinações do Conselho Nacional de Antidopagem (CNAD) e do Conselho Nacional contra a Violência no Desporto (CNVD) e, de um modo geral, da legislação de combate à dopagem e à violência no desporto implicará a suspensão e, se necessário, o cancelamento das participações financeiras do **Primeiro Outorgante**.

Cláusula 10ª

Vigência e duração do contrato

A vigência do presente contrato tem efeitos retroativos a 01.01.2022, e vigora até ao término das atividades da **Segunda Outorgante** para 2022.

Cláusula 11ª

Publicação

Este contrato-programa será publicado em edital afixado nos lugares de estilo e no sítio da internet do Município de Alfândega da Fé (<http://www.cm-alfandegadafe.pt/>).

Feito em dois exemplares, que depois de lidos e achados conforme, vão ser assinados pelos representantes de ambos os Outorgantes.

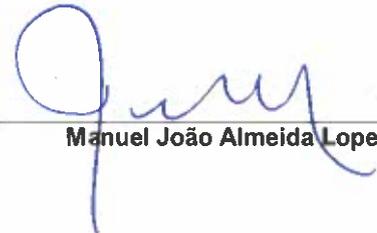
Alfândega da Fé, 26 de abril de 2022.

PRIMEIRO OUTORGANTE



Eduardo Manuel Dobrões Tavares

SEGUNDO OUTORGANTE



Manuel João Almeida Lopes

